

FUNDAÇÃO DE PREVIDÊNCIA
COMPLEMENTAR DO
SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL
DO PODER EXECUTIVO



Ordem de Execução de Serviços nº 14/2023/COCAQ/GELOG/DIRAD 03750.010305.000018/2023-22

1. DAS PARTES

CONTRATANTE: Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal – Funpresp-EXE
CNPJ: 17.312.597/0001-02
Endereço: Edifício Corporate Financial Center – SCN – Quadra 02 – Bloco A – 2º andar, salas 201 a 204 -
CEP: 70.712-900
Fone: (061) 2020-9303

CONTRATADA: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa
CNPJ: 01.082.331/0001-80
Endereço: Av. das Nações Unidas, 12.551 - 21º andar - São Paulo
CEP: 04578-903
Fone: (11) 3185-4200 / 4020-1733(Demais localidades)

2. DO OBJETO

2.1 A presente Ordem de Execução de Serviços tem por objeto a contratação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, inscrito no CNPJ nº 01.082.331/0001-80, para participação de 1 (um) profissional do Comitê de Auditoria (COAUD) no curso "Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles", a ser realizado no formato semipresencial - 10ª edição - Aulas On-line: Aulas On-line: 21/03, das 08h30 às 10h30 | 28 e 30/03 | 04, 06, 11, 18, 20, 25, 27/04 | 02/05, das 08h30 às 12h30. Aulas Presenciais: 23/03 | 13/04 | 04/05, das 08h30 às 17h30 - sendo o último dia até às 19h30. Aulas On-line: Plataforma Zoom | Aulas Presenciais: Sede IBGC.

3. DO PREÇO E DO PAGAMENTO

3.1. Pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a FUNPRES-EXE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ 6.435,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e cinco reais)**, em conformidade com a sua proposta comercial, que passa a ser parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição;

3.2. Após a emissão do termo de aceite, a CONTRATADA deverá emitir nota fiscal/fatura para que a FUNPRES-EXE possa realizar o pagamento devido;

3.3. O pagamento será efetuado até o 5º (quinto) dia útil após a apresentação da nota fiscal/fatura, devidamente atestada pelo setor competente, confirmando a realização do serviço;

3.4. A nota fiscal/boleto/fatura deverá ser entregue no protocolo geral da FUNPRES-EXE, localizado no endereço: SCN, Quadra 02, Bloco "A" 2º andar – Edifício Corporate Financial Center – salas 201, 202, 203

e 204 - CEP 70.712-900 – Brasília–DF, devidamente discriminada, em nome da FUNPRES-EXE. Caso seja possível o faturamento mediante nota fiscal eletrônica, esta deverá ser encaminhada para os e-mails codes.gepes@funpresp.com.br e gelog.pagamentos@funpresp.com.br.

- 3.5. Somente serão aceitas notas fiscais e faturas corretamente preenchidas e sem rasuras;
- 3.6. Será considerada como data do pagamento a data da emissão do Documento de Ordem de Crédito - DOC em favor da CONTRATADA;
- 3.7. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado na Proposta e da Ordem de Pagamento emitida pela FUNPRES-EXE, sob pena de não ser efetuado o pagamento;
- 3.8. Qualquer atraso na apresentação da nota fiscal/fatura ou dos documentos exigidos como condição para pagamento importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da FUNPRES-EXE;
- 3.9. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência;
- 3.10. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela FUNPRES-EXE, o valor devido poderá, quando solicitado pela CONTRATADA, ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = Índice diário de atualização financeira;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

4. PRAZO DE EXECUÇÃO

4.1. O Treinamento será realizado entre os dias 21/03/2013 a 04/05/2023, conforme o programa do curso disponível no site da CONTRATADA.

5. DA VIGÊNCIA

5.1. Esta Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias úteis a contar da data da sua assinatura.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. Executar serviços, conforme o programa do curso disponível no site da CONTRATADA e no Projeto Básico.
- 6.2. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, as obrigações oriundas dessa contratação;
- 6.3. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Contratante;
- 6.4. Assegurar a participação dos profissionais na capacitação, se atendidos os requisitos necessários;

- 6.5 Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados;
- 6.6 Prestar os serviços conforme as especificações constantes na Proposta, no prazo e local fixados;
- 6.7 Utilizar empregado(s) habilitado(s) e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 6.8 Manter a situação regular no que tange às obrigações fiscais e trabalhistas, durante a vigência da contratação;
- 6.9 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 6.10 Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;
- 6.11 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA FUNPRES-EXE

- 7.1 Conferir a execução dos serviços, efetuando o seu ateste se estiver em conformidade com as exigências deste Projeto Básico;
- 7.2 Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento;
- 7.3 Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;
- 7.4 Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento.

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 8.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 82 e 83 da lei 13.303/2016.
- 8.2 Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos de entrega a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia do valor total, até o período de 30 (trinta) dias. A partir deste prazo será cobrada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na lei 13.303/2016.
- 8.3 As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas dos créditos da CONTRATADA, conforme artigos 82, § 3º e 83, § 3º da Lei nº 13.303/2016.
- 8.4 Quando inviáveis ou insuficientes às compensações previstas no item, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante da multa apurada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

9. DO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS

- 9.1. Caso a CONTRATADA, no decorrer da prestação de serviços, tenha acesso a dados pessoais, deverá respeitar as regras editadas pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD") no tocante ao armazenamento e tratamento de referidos dados e informações, sem prejuízo do estrito respeito à Lei n. 12.965 de 2014 ("Marco Civil da Internet"), Decreto n. 8.771 de 2016 ("Regulamento do Marco Civil da

Internet”), bem como quaisquer outras leis ou normas relativas à proteção de dados pessoais que vierem a ser promulgadas ou entrarem em vigor no curso da vigência deste Contrato, em especial a Lei nº 13.709 de 2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais”).

Brasília, ____ de fevereiro de 2023.

CONTRATANTE

ROBERTO MACHADO TRINDADE
Gerente de Patrimônio Logística e Contratações

CLEITON DOS SANTOS ARAÚJO
Diretor de Administração

CONTRATADA

ADRIANE CRISTINA DOS SANTOS DE ALMEIDA
REGINALDO RICIOLI
Representante legal da IBGC

TESTEMUNHAS

FABIANE DE SOUSA DUMONT
PRISCILLA LUZ OTONI
Analistas de Previdência Complementar

Anexo I - Projeto Básico (0091472).

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000018/2023-22

SEI nº 0092921

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>



PROJETO BÁSICO - PB

Processo nº 03750.010305.000018/2023-22

1. CONCEITOS

- 1.1. PAC: Plano Anual de Capacitação.
- 1.2. Capacitação: Processo permanente e deliberado de aprendizagem, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento das competências institucionais, por meio do desenvolvimento das competências individuais.
- 1.3. Desenvolvimento: Ação orientada para o crescimento pessoal e profissional
- 1.4. Treinamento: Ação direcionada para atividades desempenhadas.
- 1.5. Inexigibilidade de licitação: com fulcro no inciso II, alínea "f", do art. 30 da Lei 13.303/2016.

2. OBJETIVO

- 2.1. O Plano Anual de Capacitação da Funpresp-Exe é uma ferramenta relevante para o processo de desenvolvimento dos profissionais, gestores e membros de órgãos estatutários da Fundação e representa um norteador das iniciativas de capacitação, descrevendo temas, metodologias e critérios a serem observados no desenvolvimento profissional do quadro funcional, em consonância com os princípios, objetivos e metas da Entidade.
- 2.2. Constitui-se em oportunidade de desenvolvimento, visando a aprendizagem e aperfeiçoamento dos profissionais da Funpresp-Exe, de forma a aprimorá-los continuamente no desempenho de suas atribuições, a fim de oferecer serviços de excelência para os participantes, obedecendo a legislação geral e específica para o segmento de previdência e as boas práticas de governança.
- 2.3. Pretende-se, assim, minimizar ou eliminar lacunas de conhecimento identificadas, reforçar a gestão por resultados e trabalhar o desempenho de todo o quadro funcional.

3. OBJETO

- 3.1. Contratação para participação de 1 (um) profissional do Comitê de Auditoria (COAUD) no curso "Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles", ofertado pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, inscrito no CNPJ nº 01.082.331/0001-80 a ser realizado no formato semipresencial - 10ª edição - Aulas On-line: Aulas On-line: 21/03, das 08h30 às 10h30 | 28 e 30/03 | 04, 06, 11, 18, 20, 25, 27/04 | 02/05, das 08h30 às 12h30. Aulas Presenciais: 23/03 | 13/04 | 04/05, das 08h30 às 17h30 - sendo o último dia até às 19h30. Aulas On-line: Plataforma Zoom | Aulas Presenciais: Sede IBGC.

4. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A demanda está alinhada com os objetivos do PAC 2023, que assim dispõe:

O Plano Anual de Capacitação tem os seguintes objetivos:

(...)

- d) Desenvolver as competências individuais dos profissionais da Funpresp-Exe, com alinhamento às estratégias da Entidade e na gestão por resultados;
- e) Prover os profissionais com as competências técnicas necessárias às diferentes áreas da Fundação;"

4.2. A capacitação tem como justificativa ampliar a visão e conhecimento sobre temas pertinentes ao Comitê de Auditoria.

4.3. Além disso, Comitês analisam os assuntos de sua competência com a necessária profundidade e apoiam o Conselho em seu processo de decisões e suas deliberações. Dentre os órgãos de assessoramento mais utilizados está o Comitê de Auditoria. Além da supervisão sobre a preparação das demonstrações financeiras, sobre os auditores independentes e sobre a auditoria interna, os membros de Comitê de Auditoria lidam hoje com temáticas mais dinâmicas e complexas, que demandam experiência técnica e conjuntural para subsidiar discussões de aprofundamento e recomendações ao Conselho.

4.4. Ante o exposto, a Gerência de Pessoas (GEPES) propõe a utilização de recursos do Plano Anual de Capacitação 2023 para custear a contratação de empresa para realização da capacitação.

5. DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO

5.1. Formato semipresencial - 10ª edição - Aulas On-line: Aulas On-line: 21/03, das 08h30 às 10h30 | 28 e 30/03 | 04, 06, 11, 18, 20, 25, 27/04 | 02/05, das 08h30 às 12h30. - Aulas Presenciais: 23/03 | 13/04 | 04/05, das 08h30 às 17h30 - sendo o último dia até às 19h30. * Aulas On-line: Plataforma Zoom | Aulas Presenciais: Sede IBGC e Aulas presenciais sede IBGC: Avenida das Nações Unidas, 12.551 - 21º andar.

5.2. Programação da capacitação em anexo ao processo.

5.3. Público: Conselheiros, membros de comitês de auditoria, executivos ligados às áreas de finanças, riscos, controles internos, *compliance*, regulação, auditoria interna e auditoria independente e profissionais interessados em conhecer os benefícios de um comitê de auditoria eficaz e a se qualificarem para atuação como membros.

5.4. Objetivo: Capacitar e aprimorar as habilidades dos profissionais atuantes – ou que pretendem atuar – em comitês de auditoria e outros órgãos de fiscalização e controles, alinhados ao aprimoramento do ambiente de negócios por meio de boas práticas de Governança Corporativa e, assim, colaborar para uma sociedade melhor.

5.5. Sobre o Curso - Informações:

5.5.1. O bom funcionamento dos Conselhos de Administração cada vez mais dependem do uso adequado de Comitês de apoio. São esses Comitês que analisam os assuntos de sua competência com a necessária profundidade e apoiam o Conselho em seu processo de decisões e suas deliberações. Dentre os órgãos de assessoramento mais utilizados está o Comitê de Auditoria. Além da supervisão sobre a preparação das demonstrações financeiras, sobre os auditores independentes e sobre a auditoria interna, os membros de Comitê de Auditoria lidam hoje com temáticas mais dinâmicas e complexas, que demandam experiência técnica e conjuntural para subsidiar discussões de aprofundamento e recomendações ao Conselho. Nesse sentido, o curso Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles do IBGC, *think tank* de Governança Corporativa, oferece, além de conteúdo teórico sobre a função, estrutura e processos desses órgãos de assessoramento, vivência prática; panorama sobre legislação, regulação e tendências; *networking*; e a possibilidade de seguir na jornada de Certificação para Membro de Comitê de Auditoria.

5.5.2. Desde o lançamento do pioneiro Código de Governança Corporativa inglês, decorrente do Cadbury Report, até a edição da Sarbanes-Oxley Act, em resposta às fraudes corporativas, grande atenção tem sido dada aos Comitês de Auditoria, ampliando-se suas atribuições e confiando-se na qualidade de seu trabalho e na experiência e responsabilidade de seus membros. Além de suas responsabilidades normais decorrentes de sua vocação, a extensão de sua responsabilidade vem sendo aumentada incluindo o monitoramento constante da eficácia do ambiente de controles internos, o acompanhamento dos trabalhos de gestão de riscos e o conhecimento mais constante dos problemas da

organização com a cada vez mais rápidas mudanças no ambiente de negócios e os novos riscos corporativos potenciais.

5.5.3. Nesse sentido, o curso do IBGC tem a finalidade de preparar esses profissionais nesse novo contexto e proporcionar vivências práticas, por meio discussões do papel do Comitê e de dinâmicas e simulações de reunião, que levem a uma reflexão sobre a importância da atuação continuamente diligente e da criação e manutenção de uma cultura ética dentro da organização. O aluno terá aulas ministradas por relevantes especialistas na temática no País, além de oportunidade de ampliar seu *networking* e se atualizar com relação às tendências em Governança Corporativa que só um *think tank* como IBGC pode proporcionar.

5.6. Estrutura do Programa:

5.6.1. O curso, cuja carga horária é de 64 horas, é dividido no desenvolvimento de quatro aspectos:

5.6.2. Governança Corporativa: O participante terá uma visão holística do sistema de Governança Corporativa, com destaque para estrutura, funcionamento, processos e papel do comitê de auditoria e demais órgãos de fiscalização e controle. O aluno também terá contato com conceitos, modelos e experiências reais de gerenciamentos de riscos corporativos mais comuns e específicos (ex.: judicial, liquidez, reputacional e ESG).

5.6.3. Legislação e Regulação: Nesse aspecto, o aluno conhecerá melhor sobre suas responsabilidades legais na atuação de suas funções como membro de Comitê de Auditoria, além das legislações e regulações mais importantes e atuais que precisam estar no foco de atenção desses profissionais (ex.: Lei Sarbanes-Oxley, LGPD, Lei Anticorrupção, entre outros).

5.6.4. Temas emergentes e de tendências: Compreender o contexto dos negócios é essencial na avaliação de riscos e recomendações para tomada de decisão. Por essa razão, o curso apresenta temas relevantes atuais e que se mostram como tendências, tais como o ESG, transformação digital, *Cybersecurity*, entre outros. Além disso, aborda temas comportamentais e de comunicação.

5.6.5. Vivência prática: Além do conteúdo teórico, o curso oferece a oportunidade de colocar todo aprendizado em prática, por meio de dinâmica e simulação de reuniões do Comitê de Auditoria. Dessa forma, o aluno também exercitará, concomitantemente, suas habilidades técnicas e comportamentais.

5.7. Diante do exposto, solicitamos à Gerência de Patrimônio, Logística e Contratações (GELOG) a instrução do processo de contratação de serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, em conformidade com os supracitados dados.

6. VALOR DA CONTRATAÇÃO

6.1. Para a execução desse serviço, a Funpresp-Exe pagará ao Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, o valor global de R\$ 6.435,00 (seis mil e quatrocentos e trinta e cinco reais), em conformidade com as informações constantes na página da capacitação, que passa a ser parte integrante deste instrumento, qual seja: <https://www.ibgc.org.br/cursos/comite-de-auditoria-fiscalizacao-e-controles/> e conforme e-mails trocados com a empresa e em anexo ao processo.

6.2. Política de desconto e condições do IBGC:

- 10% de desconto para grupos de 3 ou mais participantes da mesma empresa, na mesma edição do curso.
- 5% de desconto para Conselheiros Certificados IBGC.
- 50% de desconto para associados IBGC maiores de 70 anos (não cumulativo).
- 3% de desconto para pagamentos à vista, por meio de boleto bancário.

6.3. Foi informado pelo IBGC que o participante no curso se enquadra em associado IBGC maior de 70 anos.

6.4. As despesas decorrentes da contratação ocorrerão às expensas dos recursos constantes no Plano Anual de Capacitação 2023, parte do Orçamento da Funpres-Exe para o exercício de 2023.

7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

7.1. A princípio, faz-se necessário ressaltar que a regra adotada pelo legislador, no caso de licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações, é a obrigatoriedade de licitação, conforme estabelece o artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal (CF/1988):

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

7.2. À Funpres-Exe aplica-se a legislação federal atinente às empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, conforme determinação da Lei nº 14.463, de 26 de outubro de 2022.

Art. 2º A Lei nº 12.618, de 2012, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 8º As entidades fechadas de que trata o art. 4º, observado o disposto na Lei Complementar nº 108, de 29 de maio de 2001, na Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e nesta Lei, submetem-se às demais normas de direito público exclusivamente no que se refere à:

I - submissão à legislação federal sobre licitação e contratos administrativos aplicável às empresas públicas e sociedades de economia mista;

7.3. Dessa forma, a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e institui normas para licitações e contratos para as empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, previu hipóteses em que a Administração Pública pode, legitimamente, celebrar contratos sem a realização de procedimento licitatório, permitindo maior celeridade nessas situações.

7.4. Nesse sentido, as hipóteses de licitação dispensada, licitação dispensável e inexigibilidade de licitação constituem exceções ao procedimento licitatório. A inviabilidade de competição na prestação de serviço é fator preponderante para a adoção das mencionadas exceções, conforme consta no inciso II do parágrafo 3º do artigo 28 da Lei nº 13.303/2016:

§ 3º São as empresas públicas e as sociedades de economia mista dispensadas da observância dos dispositivos deste Capítulo nas seguintes situações:

I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, pelas empresas mencionadas no caput, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus respectivos objetos sociais;

II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

7.5. A alínea "f", inciso II, do art. 30 da Lei nº 13.303/2016 especifica a contratação de treinamentos como hipótese especificamente prevista de afastamento de licitação:

Art. 30. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial na hipótese de:

(...)

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações,

organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

(...)

7.6. A Lei nº 13.303/2016 possui como regra a necessidade de licitação nas contratações com terceiros sendo, no entanto, possível o seu afastamento nas hipóteses excepcionais de dispensa, inexigibilidade ou inaplicabilidade de licitação trazidas pela Lei das Estatais em seus artigos 28, 29 e 30.

7.7. Além disso, as hipóteses do rol do caput do art. 30 da Lei nº 13.303/2016 devem ser entendidas como exemplificativas e não taxativas, podendo as práticas de mercado e o caso concreto estabelecerem outras situações de afastamento das regras acerca da licitação da Lei das Estatais. No entanto, a inaplicabilidade de licitação não se confunde com arbitrariedade, mas sim liberdade para que o gestor possa escolher a melhor solução para o caso concreto.

“A ausência de licitação não equivale a contratação informal, realizada com quem a Administração bem entender, sem cautelas nem documentação. Ao contrário, a contratação direta exige um procedimento administrativo prévio, em que a observância de etapas e formalidades é imprescindível. Somente em hipóteses-limite é que a Administração estaria autorizada a contratar sem o cumprimento dessas formalidades. Seriam aqueles casos de emergência tão grave que a demora, embora mínima, pusesse em risco a satisfação dos valores a cuja realização se orienta a atividade administrativa.

Nas etapas internas iniciais, a atividade administrativa será idêntica, seja ou não a futura contratação antecedida de licitação. Em um momento inicial, a administração verificará a existência de uma necessidade a ser atendida. Deverá diagnosticar o meio mais adequado para atender ao reclamo. Definirá um objeto a ser contratado, inclusive adotando providências acerca da elaboração de projetos, apuração da compatibilidade entre a contratação e as previsões orçamentárias. Tudo isso estará documentado em procedimento administrativo, (...)” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 16 ed. - São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014, p. 391).

7.8. A propósito, ratificam esse entendimento os julgados do Tribunal de Contas da União (TCU), como os seguintes:

ACÓRDÃO TCU 1.802/2014 – Plenário

Enunciado: É vedada a inexigibilidade quando não comprovado o requisito da inviabilidade de competição. É dever do agente público responsável pela contratação confirmar a condição de exclusividade nos casos em que o objeto só possa ser fornecido por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Acórdão 2533/2021 - Plenário

Nos casos de dispensa de licitação fundada no art. 32 da Lei 9.074/1995, a constituição e a instrução do respectivo processo administrativo devem observar os princípios gerais da Administração Pública, notadamente os da isonomia, da publicidade e da moralidade, bem como o disposto no art. 30, § 3º, incisos II e III, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais), que exige a divulgação das razões para a escolha do fornecedor ou do prestador de serviços, além da justificativa para o preço acertado.

ACÓRDÃO TCU 1630/2006 – Plenário

Enunciado: A singularidade do objeto e a comprovação da notoriedade da entidade contratada justificam a contratação direta.

ACÓRDÃO TCU 2142/2007 – Plenário

Enunciado: A contratação por inexigibilidade de licitação em virtude de objeto singular e de notória especialização do contratado exige avaliação subjetiva no que pertine à escolha da empresa ou do profissional a ser contratado.

ACÓRDÃO TCU 2762/2011 – Plenário

Enunciado: A inexigibilidade de licitação para contratação de serviços técnicos com pessoas físicas ou jurídicas de notória especialização somente é cabível quando se trata de serviço de natureza singular, capaz de exigir, na seleção do executor de confiança, grau de subjetividade insuscetível de ser medido pelos critérios objetivos.

7.9. Assim, a Gerência de Pessoas enquadrou a presente contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação, em conformidade com o art. 30 da Lei nº 13.303/2016, nas seguintes disposições:

7.9.1. Da caracterização como serviço técnico especializado

7.9.1.1. Conforme elencado na alínea "f" do inciso II do art. 30 da Lei nº 13.303/2016, cursos para "treinamento e aperfeiçoamento de pessoal" são enquadrados como serviço técnico de profissional especializado.

7.9.1.2. Segundo a doutrina de Hely Lopes Meirelles:

"(...) serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além da habilitação profissional técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos de profissionais em geral - aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de estágios de aperfeiçoamento.

(...)

Inexigível é a licitação somente para a contratação de serviços técnicos profissionais especializados de natureza singular, prestados por empresas ou profissionais de notória especialização. A lei acolheu, assim, as teses correntes na doutrina no sentido de que a notória especialização traz, em seu bojo, uma singularidade subjetiva e de que o 'caso da notória especialização diz respeito a trabalho marcado por características individualizadoras". (grifos nossos)

7.9.1.3. Informações do curso:

7.9.1.4. O bom funcionamento dos Conselhos de Administração cada vez mais dependem do uso adequado de Comitês de apoio. São esses Comitês que analisam os assuntos de sua competência com a necessária profundidade e apoiam o Conselho em seu processo de decisões e suas deliberações. Dentre os órgãos de assessoramento mais utilizados está o Comitê de Auditoria. Além da supervisão sobre a preparação das demonstrações financeiras, sobre os auditores independentes e sobre a auditoria interna, os membros de Comitê de Auditoria lidam hoje com temáticas mais dinâmicas e complexas, que demandam experiência técnica e conjuntural para subsidiar discussões de aprofundamento e recomendações ao Conselho. Nesse sentido, o curso Comitê de Auditoria, Fiscalização e Controles do IBGC, *think tank* de Governança Corporativa, oferece, além de conteúdo teórico sobre a função, estrutura e processos desses órgãos de assessoramento, vivência prática; panorama sobre legislação, regulação e tendências; *networking*; e a possibilidade de seguir na jornada de Certificação para Membro de Comitê de Auditoria.

7.9.1.5. Nesse sentido, o curso do IBGC tem a finalidade de preparar esses profissionais nesse novo contexto e proporcionar vivências práticas, por meio discussões do papel do Comitê e de dinâmicas e simulações de reunião, que levem a uma reflexão sobre a importância da atuação continuamente diligente e da criação e manutenção de uma cultura ética dentro da organização. O aluno terá aulas ministradas por relevantes especialistas na temática no País, além de oportunidade de ampliar seu *networking* e se atualizar com relação às tendências em Governança Corporativa que só um *think tank* como IBGC pode proporcionar.

7.9.2. Da notória especialização do Contratado

7.9.2.1. O § 1º, do artigo 30 da Lei 13.303/2016 dispõe que:

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades,

permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

7.9.2.2. Conforme ensina o professor Luiz Cláudio de Azevedo Chaves, no artigo "Contratação de serviços de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal na Administração Pública: uma breve análise da Decisão 439/98, Plenário do TCU":

"(...) O dispositivo em tela indica o norte de quais peculiaridades ou requisitos são considerados idôneos para se inferir se um profissional é ou não notório especialista, a saber: "...desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica...". Mais ainda. A expressão "...ou de outros..." dá bem o tom de rol exemplificativo desses requisitos. O legislador admite, portanto, que outros conceitos e requisitos, não ditados no texto expresso da lei, podem servir de base à conclusão de que o profissional escolhido é o mais adequado à satisfação do contrato. Nota-se, também, que a enumeração dos requisitos são alternativos. Significa que não é obrigatório que estejam todos contemplados na justificativa da escolha, bastando apenas o apontamento de um deles para balizá-la."

7.9.2.3. Dessa forma, justifica-se a inexigibilidade da Licitação na contratação dos serviços técnicos profissionais de notória especialização que, conforme justifica o Art. 28 da Lei N.º 13.303/16, autoriza a dispensa da observância da licitação no caso de inviabilidade de procedimento competitivo, nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas.

7.10. A notória especialização se manifesta por meio da instituição e/ou do(s) especialista(s) que conduzirá(ão) os cursos, comprovada através do portfólio da empresa e/ou do currículo do(s) profissional(is), conforme documentos que seguem anexo a este processo.

7.11. Abaixo, os currículos resumidos dos profissionais que coordenarão a capacitação:

Guy Almeida Andrade

Contador formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo – FEA USP e Administrador de Empresas formado pela Universidade Mackenzie. Possui mais de 40 anos de experiência em auditoria, contabilidade, sistemas de controles internos, sistemas de custeio, avaliação de empresas, impostos e governança corporativa, com treinamento em auditoria em Toronto, Canadá, na firma Dunwoody & Co. – 1984. É presidente da Magalhães Andrade S/S Auditores Independentes. É membro de Conselhos de Administração, Comitês de Auditoria e Conselho Fiscal de companhias de capital aberto e fechado. Foi membro de órgãos de administração e de governança de entidades da profissão, no Brasil e no exterior. Agraciado pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON com o título Destaque Profissional de 2014. Agraciado pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo com o título de Contabilista Emérito de 2007. Agraciado pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo com a Medalha de Mérito Profissional Joaquim Monteiro de Carvalho. Autor de artigos sobre auditoria, contabilidade, controles, finanças e governança corporativa. É, ainda, autor e coautor de trabalhos em diversos certames da profissão, tendo apresentado diversas palestras técnicas em eventos profissionais e culturais, no Brasil e no exterior.

Maria Elena Cardoso Figueira

Brasileira, sócia da Figueira Consultoria Econômica, economista pela PUC-RJ, com formação executiva no Brasil (IBGC, Gonew, Risk University KPMG, FAAP) e no exterior (IESE, IE, IBGC JT-Israel). Experiência profissional na área financeira e tributária, com passagens por Arthur Andersen, Banco Bilbao Vizcaya, KPMG, Banco Santander (no Brasil e expatriada na Espanha), e atuando também desde 2004 como membro de comitês de auditoria e de conselhos consultivos, HSBC Brasil e CCR. Atualmente é membro independente do Comitê de Auditoria do Banco Santander, das Lojas Americanas, do Hospital Sírio Libanês e da Br Properties S.A., conselheira fiscal da Camil Alimentos e suplente na B3 S.A. Concluiu o Curso de Conselheiro de Administração do IBGC em 2006 e a Turma 100 em 2021 e desde 2017 é Conselheira em Administração e Fiscal, e membro de Comitê de Auditoria certificada pelo IBGC. Atua também na Comissão de Governança em Instituições Financeiras e no Colegiado Independente Recursal do IBGC. Associada ao WCD e membro do Comitê Estratégico de Governança Corporativa da Amcham São Paulo.

7.12. Nesse sentido, entendemos que a contratação do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, inscrito no CNPJ nº 01.082.331/0001-80 poderá ocorrer de forma direta, por inexistência de licitação com fulcro no art. 30, inc. II, alínea "f", da Lei nº 13.303/2016.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da Contratante, as obrigações oriundas dessa contratação;

8.2. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade acerca das atividades, objeto deste instrumento, sem prévia autorização da Contratante;

8.3. Assegurar a participação do profissional na capacitação, se atendidos os requisitos necessários;

8.4. Responsabilizar-se por todas as despesas com material, mão de obra, acidentes de trabalho, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, transportes, seguros operacionais, taxas, tributos, contribuições de qualquer natureza ou espécie e quaisquer outras despesas necessárias à perfeita execução dos serviços contratados;

8.5. Prestar os serviços conforme as especificações constantes na Proposta, no prazo e local fixados;

8.6. Utilizar empregado(s) habilitado(s) e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

8.7. Manter a situação regular no que tange às obrigações fiscais e trabalhistas, durante a vigência da contratação;

8.8. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

8.10. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Conferir a execução dos serviços, efetuando o seu ateste se estiver em conformidade com as exigências deste Projeto Básico;

9.1.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada, em conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento;

9.1.3. Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, sobre quaisquer irregularidades observadas durante a prestação do serviço;

9.1.4. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com os termos de sua proposta comercial e deste instrumento.

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (PENALIDADES)

10.1. O descumprimento das cláusulas e condições deste instrumento sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nos artigos 82 e 83 da lei 13.303/2016.

10.2. Em caso de descumprimento dos prazos estabelecidos de entrega a CONTRATADA ficará sujeita à multa diária de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) ao dia do valor total, até o período de 30 (trinta) dias. A partir deste prazo será cobrada multa de 10% (dez por cento), sobre o valor da contratação, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na lei 13.303/2016.

10.3. As multas aplicadas em decorrência do presente instrumento poderão ser descontadas dos créditos da CONTRATADA, conforme artigos 82, § 3º e 83, § 3º da Lei nº 13.303/2016.

10.4. Quando inviáveis ou insuficientes às compensações previstas no item, a CONTRATADA será intimada a recolher o valor restante da multa apurada, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da intimação, sob pena de cobrança judicial.

11. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

11.1. A execução dos serviços ora contratados será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da CONTRATANTE, para este fim especialmente indicado, com as atribuições específicas determinadas pela legislação vigente.

12. LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTOS À CONTRATADA

12.1. Pela prestação dos serviços objeto deste instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor previsto na proposta comercial, que passa também a fazer parte das relações firmadas neste instrumento.

12.2. A CONTRATADA deverá emitir a nota fiscal/fatura para que a CONTRATANTE possa realizar o pagamento devido.

12.3. Antes de efetuar o pagamento será consultada a regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

12.4. A nota fiscal/fatura deverá ser entregue devidamente discriminada ou enviada para o e-mail da codes.gpes@funpresp.com.br.

12.5. Somente serão aceitas notas fiscais corretamente preenchidas e sem rasuras.

12.6. O CNPJ constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo indicado pela CONTRATADA, sob pena de não ser efetuado o pagamento.

13. VIGÊNCIA CONTRATUAL

13.1. A Ordem de Execução de Serviços terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias após sua emissão.

14. GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Pela natureza dos serviços e considerando tratar-se de contratação de pequeno vulto, não será exigida a prestação de garantia contratual.

15. REAJUSTE

15.1. O preço contratado é fixo e irremovível.

16. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

16.1. As despesas decorrentes desta contratação estão previstas no Plano Anual de Capacitação da Funpresp-Exe para o exercício de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **Priscilla Ferreira de Freitas Silva, Analista de Previdência Complementar**, em 03/02/2023, às 13:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Monica Fernanda Lima Bandeira Abreu Adorno, Coordenador(a)**, em 03/02/2023, às 13:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Andrei Jose Rodrigues, Gerente**, em 03/02/2023, às 15:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.funpresp.com.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0091472** e o código CRC **9F8033F6**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 03750.010305.000018/2023-22

SEI nº 0091472

Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal do Poder Executivo – Funpresp-Exe

SCN Q 2 BL A Corporate Financial Center Salas 201-204 - CEP 70712-900 -

<https://funpresp.com.br>

OS n. 14 Consolidado.pdf

Documento número #49e03cb2-a3bd-44f9-906c-ac7bea9fa818

Hash do documento original (SHA256): ea4fee62597e7212866132af5dbc7b6cc8443a979b397c7a543d73f27e6bff3a

Assinaturas

-  **Fabiane de Sousa Dumont**
CPF: 005.987.071-07
Assinou como testemunha em 09 fev 2023 às 14:37:29
-  **Priscilla Luz Otoni**
CPF: 006.778.201-94
Assinou como testemunha em 09 fev 2023 às 14:45:31
-  **Adriane Cristina dos Santos de Almeida**
CPF: 250.004.398-30
Assinou como contratada em 09 fev 2023 às 15:09:32
-  **Cleiton dos Santos Araújo**
CPF: 851.631.201-15
Assinou como contratante em 13 fev 2023 às 09:10:01
-  **Roberto Machado Trindade**
CPF: 099.533.531-15
Assinou como contratante em 09 fev 2023 às 15:47:31
-  **Reginaldo Ricioli**
CPF: 061.318.098-44
Assinou como contratada em 09 fev 2023 às 16:13:53

Log

- 09 fev 2023, 14:33:29 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 criou este documento número 49e03cb2-a3bd-44f9-906c-ac7bea9fa818. Data limite para assinatura do documento: 11 de março de 2023 (14:31). Finalização automática após a última assinatura: habilitada. Idioma: Português brasileiro.

- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: fabiane.dumont@funpresp.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Fabiane de Sousa Dumont e CPF 005.987.071-07.
- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: priscilla.otoni@funpresp.com.br para assinar como testemunha, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Priscilla Luz Otoni e CPF 006.778.201-94.
- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: adriane.almeida@ibgc.org.br para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Adriane Cristina dos Santos de Almeida e CPF 250.004.398-30.
- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: cleiton.araujo@funpresp.com.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Cleiton dos Santos Araújo e CPF 851.631.201-15.
- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: roberto.trindade@funpresp.com.br para assinar como contratante, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Roberto Machado Trindade e CPF 099.533.531-15.
- 09 fev 2023, 14:33:36 Operador com email fabiane.dumont@funpresp.com.br na Conta 5a7ad025-01a9-4c15-ba9e-30a8be81b5c5 adicionou à Lista de Assinatura: reginaldo.ricioli@ibgc.org.br para assinar como contratada, via E-mail, com os pontos de autenticação: Token via E-mail; Nome Completo; CPF; endereço de IP. Dados informados pelo Operador para validação do signatário: nome completo Reginaldo Ricioli e CPF 061.318.098-44.
- 09 fev 2023, 14:37:30 Fabiane de Sousa Dumont assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail fabiane.dumont@funpresp.com.br. CPF informado: 005.987.071-07. IP: 164.163.0.66. Componente de assinatura versão 1.443.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 09 fev 2023, 14:45:32 Priscilla Luz Otoni assinou como testemunha. Pontos de autenticação: Token via E-mail priscilla.otoni@funpresp.com.br. CPF informado: 006.778.201-94. IP: 164.163.0.66. Componente de assinatura versão 1.443.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 09 fev 2023, 15:09:32 Adriane Cristina dos Santos de Almeida assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail adriane.almeida@ibgc.org.br. CPF informado: 250.004.398-30. IP: 187.0.173.186. Componente de assinatura versão 1.443.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 09 fev 2023, 15:47:31 Roberto Machado Trindade assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail roberto.trindade@funpresp.com.br. CPF informado: 099.533.531-15. IP: 201.88.165.30. Componente de assinatura versão 1.443.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.
- 09 fev 2023, 16:13:53 Reginaldo Ricioli assinou como contratada. Pontos de autenticação: Token via E-mail reginaldo.ricioli@ibgc.org.br. CPF informado: 061.318.098-44. IP: 177.102.198.175. Componente de assinatura versão 1.443.0 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

13 fev 2023, 09:10:01 Cleiton dos Santos Araújo assinou como contratante. Pontos de autenticação: Token via E-mail cleiton.araujo@funpresp.com.br. CPF informado: 851.631.201-15. IP: 177.174.222.111. Componente de assinatura versão 1.444.1 disponibilizado em <https://app.clicksign.com>.

13 fev 2023, 09:10:01 Processo de assinatura finalizado automaticamente. Motivo: finalização automática após a última assinatura habilitada. Processo de assinatura concluído para o documento número 49e03cb2-a3bd-44f9-906c-ac7bea9fa818.

**Documento assinado com validade jurídica.**

Para conferir a validade, acesse <https://validador.clicksign.com> e utilize a senha gerada pelos signatários ou envie este arquivo em PDF.

As assinaturas digitais e eletrônicas têm validade jurídica prevista na Medida Provisória nº. 2200-2 / 2001

Este Log é exclusivo e deve ser considerado parte do documento nº 49e03cb2-a3bd-44f9-906c-ac7bea9fa818, com os efeitos prescritos nos Termos de Uso da Clicksign, disponível em www.clicksign.com.